

Ato de 214 sessões do Conselho do Ordem dos Advogados do Brasil, seccão de Pernambuco, realizada em '21 de Outubro de 1952.

Dos vinte e um dias do mês de Outubro de mil novecentos e cinquenta e dois, na sala de reuniões do Ordem dos Advogados do Brasil, seccão de Pernambuco, no Palácio da Justiça, pelas quinze e meia horas, presentes os conselheiros: Jordão Emerenciano, Nylô Camara, José Neves, Eduardo Calier, Tabosa de Almeida, Eraldo Valença, José Laureiro, Luiz de França, Graçiano Pinheiro, Teófilo Adhemor Cavieir, Antônio Geraldo Guedes, Antônio Brito e Pedro Maia.

Mesa

Presidência do Dr. Nylô Camara

1º Secretário Dr. Jordão Emerenciano

2º Secretário Dr. Tabosa de Almeida.

Ato

lida, discutida e aprovada a ata da sessão anterior

Espediente

Constituição de seguinte: Abreios do Ordem dos Advogados do Ceará e de Sergipe transmittindo votos de pesar pelo desaparecimento do professor e advogado Agamenon Magalhães, Governador do Estado; representação do advogado Paulo Guimarães de Souza a respeito das dificuldades e apressões que sofrem no Comissariado de Pina no exer-



cião da perfunctória; consulta do advogado E-  
lias Modesto Martins sobre se seria permiti-  
do acumular a função de conselheiro de ma-  
nãos com a de advogado; officios do Grande  
dos Advogados do Brasil comunicando a  
eleição dos Drs. Sílvio Viraqua e Alberto  
Brandão de Melo para Presidente e Secre-  
tário Geral; officio do conselheiro Pedro Cime  
e copia da Portaria do Presidente de 11 de comen-  
te proibindo a execução, dentro do Grande, de  
serviços particulares e a advocacia particu-  
lar, resolvendo o Conselho encaminhar a se-  
cretaria os officios para agradecer, a consul-  
ta distribuida a Comissão de Jurisprudência e  
a Portaria a prorrogação. Ainda a respeito da re-  
presentação do advogado Paulo Guimarães de Saun-  
go, o Presidente esclareceu que já officios ao  
Secretário da Repuração pedindo providências.  
O Conselho a aprovar esta medida tendo o con-  
selheiro Jordão Terezaenciano lembrado a ex-  
periência de um entendimento directo com a  
mesma entidade, para que fossem tomas-  
das promptas e effectivas providências. Depo-  
is de alguns debates o Conselho resolveu  
designar uma comissão composta dos con-  
selheiros Jordão Terezaenciano, José Neves  
e António Geral de Freitas para entenderem  
com o Secretário da Repuração.

Antes do orden do dia o Presidente  
comunicou ao Conselho o fallecimento do  
conselheiro Nelson Carneiro de Sá, vice-  
Presidente no exercício da Presidência,  
as medidas que devem fazer-se representar



a Ordem no funeral e decretando luto, e pro-  
pand. que em data oportuna, seja prestada  
a memoria do conselheiro desapparecido uma  
promessa. Continuam ainda, que o conse-  
lheiro Tamyaz de Almeida Lobo havia re-  
munciado o seu lugar no Conselho. Isto  
posto, os conselheiros deliberaram proce-  
der immediatamente a eleição para as va-  
gas de conselheiro, de Presidente e de Vice-  
Presidente. Realizados os escrutínios por  
votação nominal foram eleitos os Drs. Ag-  
lo Câmara e Manoel Campes para Presi-  
dente e Vice-Presidente, e quando se os  
advoogados Adauto Melo para a vaga occor-  
rida no Conselho, dito Adauto José de Me-  
lo e Carlos Martins Moreira para as va-  
gas no Conselho.

Ordem do dia.

O conselho mandou inscrever os candida-  
tos seguintes:

Quadro dos Advogados

1º) Pre. 1531 reg.º do Adv. Francisco Mauro  
de Souza, Adv.º nº 1222, com sede prin-  
cipal em Afogados de Ingazeira e impedi-  
mento de advogar contra a Fazenda Es-  
tadual.

2º) Pre. 1537. reg.º do Adv. Wilson Ottonio  
Vieira, Adv.º nº 1225, com sede principal  
em Recife e impedido de advogar contra  
a Fazenda Federal, pelo prazo de 180 dias.

3º) Pre. 1536 reg.º do Adv. Antonio Luis  
Lima Babral, Adv.º nº 1228, com sede prin-  
cipal em Olinda e impedido de funcio-  
nar



contra a Fazenda Federal, pelo prazo de 180 dias;

4º) Proc. 1539 reg<sup>to</sup> do bel Yori Assis Pereira de Melo, sob o nº 1230, com sede principal em Recife;

5º) Proc. nº 1548 reg<sup>to</sup> do bel Antonio Carlos de Queiroz Barbosa, sob o nº 1233, com sede principal em Recife;

6º) Proc. 1549 reg<sup>to</sup> do bel Genivaldo Gouveia da Figueira, sob o nº 1234, com sede principal em Goiânia e impedido de funcionar contra a Fazenda Estadual, pelo prazo de 180 dias;

7º) Proc. 1550 reg<sup>to</sup> Antonio Alfredo de Basto Cerqueira, sob o nº 1235, com sede principal em Recife;

8º) Proc. 1552 reg<sup>to</sup> do bel Wellington Mendes Tenorio, sob o nº 1236, com sede principal em Maracá, de p<sup>o</sup> em Manissobal e impedido de funcionar contra a Fazenda Estadual

#### Quadro dos Solicitantes

1º) Proc. 1522 reg<sup>to</sup> do acadêmico Misael do Rego Maciel, com sede principal em Recife;

2º) Proc. 1538 reg<sup>to</sup> do acadêmico Alceu Alves Maciel Feilosa, com sede principal em Recife;

3º) Ezequiel Américo Costa, processo sob o nº 1542, com sede principal em Vitória de Santo Antão;

4º) Proc. 1543 reg<sup>to</sup> do acadêmico Romulo de Azevedo Oliveira, com se-



de principal em Recife;

5º) Proc. 1544 reg. t. de acadêmicos Alfredo Carlos Schmalz, com sede principal em Recife;

6º) Proc. 1545 reg. t. de acadêmicos Nilton Wanderley de Figueira, com sede principal em Recife;

7º) Proc. 1546 reg. t. de acadêmicos Geraldo Bury Taidan, com sede principal em Recife;

8º) Proc. 1547 reg. t. de acadêmicos Agenor Figueira de Lima, com sede principal em Recife e em pedido de funcionamento contra a Fazenda Federal;

9º) Proc. 2152 reg. t. de cidadãos Teófilo Yunque de Andrade, inscrito para as camarcas de Paulista, Bahia, Paudalho e São Bonifácio da Mata, em caráter permanente.

Ainda o Conselho responde favoravelmente quanto ao pedido de inscrição de solicitantes de causas regidas pelo Ser. João Rodrigues de Lima, ao Tribunal de Justiça do Estado e ao órgão do mesmo Tribunal consultando o Conselho sobre a troca de camarcas na província de adroga do Ser. Rogival de Oliveira Galindo, substituição da camarca de Bel. Jardim pelo comarca de Searaó.

O Conselho Jordão Emerenciano fez a seguinte consulta: Há na Secretaria um pedido de 2ª via de conduta



profissional do advogado José Coral  
causante Neres e, ao tempo de sua inscri-  
ção estava impedido de adotar contra  
qualquer ramo da Fazenda Publica; consi-  
derando parecer a ser a jurisprudence  
pel Conselho, cassellara se podia expedir  
a 2ª via declarando a favor o impedi-  
mento o ramo da Fazenda a que perten-  
ce o Conselho José C. Neres. O Conselho  
no José C. Neres declarou-se impedido ten-  
do o Conselho decidido que se expedisse  
a 2ª via com o impedimento contra  
a Fazenda Federal.

Na de mais tendo para tratar  
o Presidente levantou a sessão. E que  
para caustos em 2º Secretário mandei  
lavar a presente ata, a qual vai as-  
senada pelo Presidente e por mim, depo-  
is de a ser

aprovado em de Novembro de 1912

Presidente  
Jaboa de Almeida  
2º Secretário